

**DRA. CYNTHIA TRAJANO**

A D V O G A D A

OAB-CE: 35.590

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE-CE**

**WILLY BRANDT FRANCISCO RAMALHO MEDEIROS**

**COSTA**, brasileiro, casado, autônomo, portador do RG nº 2002034001783 expedida pela SSP/CE, inscrito no CPF sob o nº 042.635.773-61, e-mail [willybrandtleao@gmail.com](mailto:willybrandtleao@gmail.com), residente à Rua Fidelis Teixeira Luna, Nº 736, Bairro Monsenhor Francisco Murilo de Sá, por meio de sua causídica infra assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA/Complementação**

Contra **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 09.248.608/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ, na Rua Senador Dantas, n. 74, 5º andar, Centro, CEP: 20.031-205, e **Protege Plus Corretora de Seguros/ Rua Doutor Possidônio Bem, 456 - SALA 08, Lagoa Seca - Juazeiro do Norte - CE, CEP: 63040-300**, com base nos fatos e fundamentos a seguir articulados:

**- JUSTIÇA GRATUITA**

Preliminarmente, requer a Vossa Excelência, nada obstante o pedido pela concessão dos favores da JUSTIÇA GRATUITA, com fulcro nos preceitos elencados na Lei nº 1060/50, e no art. 98, seguintes do NCPC e art. 5º, inciso LXXIV da CF/1988, que asseveram que a parte gozará dos benefícios da Assistência Gratuita mediante simples afirmação, e a qualquer tempo do processo, porquanto não possua o requerente condições financeiras de arcar com as custas e demais despesas do processo. Desta feita, o autor vive apenas de seu benefício do INSS - auxílio doença, que fora concedido oriundo deste acidente.

TIM - 88 99942-4211 -

Rua Delmiro Gouveia - 450 - Sala 07 - Centro - Juazeiro do Norte - Ceará

Email: dra.cynthiatrajano@gmail.com

**DRA. CYNTHIA TRAJANO**

ADVOGADA

OAB-CE: 35.590

**- TRÂMITE DO PROCESSO PRIORITÁRIO**

O requerente faz jus ao trâmite prioritário, tendo em vista a parte promovente é pessoa deficiente, nos termos do art. 9º da LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, o qual fora diagnosticado como dor crônica (CID R 52.1), dificuldade de andar fazendo uso de muleta, conforme documento em anexo de Nº 06 fl.03 e Nº 08.

**- Do Atendimento Prioritário**

Art. 9º A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de:  
VII - tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.

**1. -DOS FATOS****1.1 Do Acidente**

No dia 11 de março de 2018, o requerente (Willy) trafegava em sua mão pela Rua Eduardo Mcalin sentido Av. Castelo Branco, com à sua motocicleta, Marca e Modelo Honda CBX Twister, cor vermelha, ano 2003, placa HWO 1922, quando foi surpreendido pelo veículo automotor conduzido pela LIVYA INGREDY GONÇALVES, cuja as característica são: Marca/Modelo FIAT UNO 1.4, na cor BRANCA, placa KLB 9858, CHASSI 9BD195183B0000621, RENAVAM 214825116 chassi, de propriedade em nome de CRIVELTON CABRAL CASTRO. Anexo Nº 05.

Onde a Lívyia se encontrava na mesma via (do Willy) e em sentido oposto do requerente, sendo que a LIVYA INGREDY GONÇALVES, avançou de forma brusca, irresponsável e inesperada a faixa do requerente para assim pegar à rua da Sulino Duda (DIGI GARDE MONITORAMENTO), vindo a colidir com a lateral direita do seu veículo acertando frontalmente a motocicleta do requerente, causando avarias nos dois veículos.

TIM - 88 99942-4211 -

Rua Delmiro Gouveia - 450 - Sala 07 - Centro - Juazeiro do Norte - Ceará

Email: dra.cynthiatrajano@gmail.com

**DRA. CYNTHIA TRAJANO**

ADVOGADA

OAB-CE: 35.590

Na ocasião o requerente foi socorrido pela equipe do SAMU e foi encaminhado ao Hospital Regional do Cariri - HRC, o qual deu entrada por volta das 16 hr 34 min e já foi de pronto encaminhado a sala de reanimação, como se demonstra o anexo Nº - 10 juntada aos autos. Sendo assim, foi constatado que o requerente era um paciente gravíssimo chegando a ter duas paradas cardíacas na hora da realização dos procedimentos iniciais tais como: raios x e tomografia.

De início foi detectado um Traumatismo Craniano Encefálico - TCE, Fratura na bacia e Fratura exposta no Braço direito, onde neste houve à sua quebra do osso "Ulna"(Raio X em anexo). O qual foi submetido de prontidão ao centro cirúrgico para atuar na fratura exposta. Face a situação do requerente o HRC resolveu fazer primeiro a cirurgia no braço em detrimento às demais gravidades (cabeça e bacia) porque teriam que sanar aquela "ponte" aberta que poderia resultar em infecções e bactérias.

Após esse momento, por graça e misericórdia de Deus tinha uma única vaga no Leito da UTI - I e que no exato momento foi reservado em nome do requerente face à sua gravidade passando na frente dos demais feridos naquele dia no nosocômio.

Desta feita, o requerente manteve-se internado do dia 11 de março de 2018 ao dia 21 de março de 2018, no Leito 08 UTI - I, 24 horas sob a supervisão dos profissionais competentes. Em razão da gravidade muitos não creram em sua recuperação e na sua possível sobrevivência. Desta feita, durante a sua estadia na UTI fez uso de medicações e alimentação por tubos, já que a sua respiração se dava por aparelho e alimentação e a urina estava sendo por sonda.

Assim, observamos que o requerente nos 11 (onze) dias que passou na UTI era um paciente acamado e entubado, e como já é sabido de todos, um paciente que está na UTI é muito grave e corre risco de vida, pois não estaria na UTI se não necessitasse de cuidados especiais.

TIM - 88 99942-4211 -

Rua Delmiro Gouveia - 450 - Sala 07 - Centro - Juazeiro do Norte - Ceará

Email: dra.cynthiatrajano@gmail.com

**DRA. CYNTHIA TRAJANO**

A D V O G A D A

OAB-CE: 35.590

No dia 21 de março de 2018 o requerente (Willy) saiu do leito 07 da UTI - I e foi direcionado para o setor traumatologia II ficando no leito 410, o qual passou mais 10 dias, e durante este período foi submetido a 02 cirurgias uma no braço e a outra na bacia que seria à retirada do fixador externo e colar o fixador interno (doc. em anexo de nº 09).

**1.2 Da Alta hospitalar**

Em meio à isto após à sua saída no dia 31/03/18 do HRC o autor teve o seu acompanhamento médico no mesmo nosocômio até julho de 2018, o qual obteve alta e fora prescrita medicação ao requerente para dor e não fora mais prescrito à ficha para realização de fisioterapia, pois as sequelas que o requerente se encontrava é consideradas permanentes.

Após ter alta do hospital no dia 31/03/2018 ao chegar em sua residência por maca, ainda passou dois meses impossibilitado de exercer suas atividades do cotidiano por mais simples que elas fossem, *COMO TOMAR UM BANHO, IR AO BANHEIRO E FAZER AS SUAS* necessidades fisiológicas e básicas, bem como se alimentar ou simplesmente beber água.

**1.3 Do Tratamento domiciliar**

Do dia 30 de Abril ao dia 15 de Junho, ambos de 2018, foram realizadas 40 sessões de fisioterapia domiciliar, bem como foi feito o uso das botas pneumáticas que auxiliava o corpo do requerente na circulação do sangue, tendo em vista que era um paciente acamado e a sua impossibilidade de movimentos poderia causar uma trombose/embolia pulmonar.

**1.4 Do Benefício do INSS - Auxílio Doença**

Sendo assim, no dia 15.05.2018 foi concedido ao requerente à concessão do benefício do INSS - Auxílio doença por 3 (três) meses o qual fora constatado pelo perito deste órgão a seguinte informação: (Em atenção à sua Solicitação de Prorrogação de Benefício por Incapacidade, apresentada no dia 28/07/2018,

TIM - 88 99942-4211 -

Rua Delmiro Gouveia - 450 - Sala 07 - Centro - Juazeiro do Norte - Ceará

Email: dra.cynthiatrajano@gmail.com

**DRA. CYNTHIA TRAJANO**

ADVOGADA

OAB-CE: 35.590

informamos que foi reconhecido o direito à prorrogação do benefício.), e ao retornar à nova perícia em agosto de 2018 teve seu benefício renovado por mais um ano, sendo este com previsão de encerramento no mês de agosto de 2019.

**1.5 Da Perícia Forense para concessão do DPVAT**

Ademais, foi realizar a perícia na PEFOCE localizada na cidade de Juazeiro do Norte-CE pelo perito médico Márcio Fernando Gonçalves Araújo, o qual detectou que o autor possui trauma na clavícula com sequela motora definitiva em membro superior direito, e também trauma em bacia, ao exame com dificuldade de deambular e déficit de movimentos, conforme documento em anexo de nº 06, sendo assim agendou o retorno do mesmo para 90 dias após aquela perícia para que fosse certificado que o autor de fato não havia se reabilitado.

No mês de Janeiro de 2019, o mesmo requereu junto à Seguradora Lider o pagamento do seguro DPVAT no que se refere ao pagamento da indenização por invalidez permanente em razão de ter fraturado a bacia e como resultado adquiriu dor crônica, essa que impede que o mesmo fique algum tempo sentado ou em pé, restando como única posição favorável, estar deitado, sendo assim, o requerente foi encaminhado pela requerida à uma perícia local realizada por um médico o qual à seguradora indicou e teve como resposta desta segunda perícia o recebimento do valor de R\$ 5.062,50 em vez da indenização que o requerente faz jus, qual seja, o valor de R\$ 13.500,00.

Como é possível verificar que o requerente passou por fisioterapia, médico ortopedista público e particular, pelo perito médico da PEFOCE e todos foram coincidentes em diagnosticar os CID's de número S-520, S-530, S33.4, S325, R-521, R-52.2, S33-2 e Z 51.9 conforme doc em anexo de nº 06, 07 e 08.

**1.6 Das Sequelas Permanentes**

Como é imprescindível analisar os atestados e os laudos médicos, bem como os raio X e demais exames que o requerente realizou, pode-se chegar à conclusão que as suas sequelas são permanentes no braço, olfato e bacia, este por

TIM - 88 99942-4211 -

Rua Delmiro Gouveia - 450 - Sala 07 - Centro - Juazeiro do Norte - Ceará

Email: dra.cynthiatrajano@gmail.com

**DRA. CYNTHIA TRAJANO**

ADVOGADA

OAB-CE: 35.590

ter sofrido uma ruptura e está sustentada por vários parafusos junto ao seu corpo (doc em anexo de nº 09) lhe causando **dores intensas e progressiva e desconfortos durável e instável**, bem como à **perda do olfato**, ou seja em face ao traumatismo craniano o mesmo teve seu nariz afetado o qual não sente mais cheiros, lhe prejudicando pois não tem mais quando saber em seu ambiente de trabalho se uma placa de computador queimou, se o ambiente que se encontra está incendiando, se à comida está estragada antes de levar à boca.

Vale ressaltar que, com este acidente o corpo do demandante **restou com acentuadas limitações físicas, comprometendo de forma irreversível a realização de atividades cotidianas simples, bem como o desempenho de determinadas funções que poderia almejar.**

De certa forma à vida passou a não ter tanta lembranças. Exemplos cheiros nos leva e nos traz à lugares e lembranças de nossas vivências. Exemplo o cheiro da natureza da casa de nossos avós, o cheiro do quarto de seu filho enquanto bebê de colo, o cheiro do perfume de sua esposa em seu primeiro encontro. Não tem como negar que sem essas doces lembranças o nosso estado emocional se torna mais frio as vivências diárias.

### **1.7 Da Profissão do Requerente**

O requerente é profissional do ramo da Segurança Eletrônica, atuando com instalações de cercas elétricas, câmeras de segurança, alarmes e sensores de presença. O que se torna inviável à continuação da prestação de serviço deste ramo face a situação real e definitiva do requerente.

### **1.8 Como é a vida hoje do requerente**

Como já fora aqui demonstrado que o requerente trabalhou com instalações de cercas elétricas, câmeras de segurança, portões automatizados, hoje se ver sem renda extra, vivendo apenas com o auxílio doença, contudo está

TIM - 88 99942-4211 -

Rua Delmiro Gouveia - 450 - Sala 07 - Centro - Juazeiro do Norte - Ceará

Email: dra.cynthiatrajano@gmail.com

**DRA. CYNTHIA TRAJANO**

ADVOGADA

OAB-CE: 35.590

fazendo cursos online em sua área de formação para se capacitar e reabilitar-se no mercado de trabalho novamente.

Desta feita, face ao exposto, deixa claro que o requerente faz jus ao valor no todo da indenização por invalidez, tendo em vista que o mesmo ficou com sequelas graves e irreversíveis, tais como: **Fratura na bacia, fratura da ulna, lesão na coluna lombar, perda do olfato e muito mais.** Sendo assim, à seguradora não está cumprindo com o seu dever de indenizar quando restar comprovado pelos órgãos competentes que fora diagnosticado pelos médicos devidamente qualificados para este ato.

Ademais, necessitou o segurado, em virtude da fratura sofrida, passar por procedimentos cirúrgicos de osteossíntese, conforme se demonstra documentalmente (anexo 09), com a colocação de:

- **1 Placa 07 (sete) furos no braço direito;**
- **07 parafusos de tamanhos variados na bacia.**

Tal entendimento e enquadramento apresentado como caracterizador do pagamento, **não é condizente com a previsão legal e com a seriedade da lesão sofrida pelo autor.**

Importante frisar que na **tabela do seguro DPVAT**, a **porcentagem correspondente à perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores, corresponde a 70% do capital segurado**, o que totaliza a importância de R\$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais).

**Sendo assim, documentalmente comprovada a perda de 75% do membro afetado, é devido ao autor 75% do valor referente a lesão completa, ou seja, 75% de R\$ 9.450,00, o que totaliza a importância de R\$ 7.087,00 (sete mil e oitenta e sete reais)**

Conforme se demonstra Excelência, o segurado, juntou ao seu pedido para recebimento da indenização do seguro DPVAT, certidão de ocorrência policial

TIM - 88 99942-4211 -

Rua Delmiro Gouveia - 450 - Sala 07 - Centro - Juazeiro do Norte - Ceará

Email: dra.cynthiatrajano@gmail.com

**DRA. CYNTHIA TRAJANO**

ADVOGADA

OAB-CE: 35.590

relatando o acidente de trânsito, ficha de atendimento ambulatorial, documentação médica atestando as lesões, e mesmo assim, teve como resposta da ré, um pagamento ínfimo, não compatível com a sua situação física e nem corretamente enquadrada na tabela de danos segmentares utilizada para este fim.

**2. - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:**

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº LEI Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, prevendo esta, a indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torna-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado **no próprio site da demandada** in verbis:

*O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).*

*Nos casos de morte, o valor é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Nos casos de invalidez permanente, o valor é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), variando conforme a **intensidade e repercussão da lesão no corpo da vítima**, com base em*

TIM - 88 99942-4211 -

Rua Delmiro Gouveia - 450 - Sala 07 - Centro - Juazeiro do Norte - Ceará

Email: dra.cynthiatrajano@gmail.com



**DRA. CYNTHIA TRAJANO**

ADVOGADA

OAB-CE: 35.590

tabela prevista na lei. As **despesas médicas e hospitalares são reembolsadas em até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)**, considerando os valores gastos pela vítima em seu tratamento.

Ressaltando que, atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a Seguradora Líder-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT.

Sendo assim Excelência, fazem jus ao recebimento de indenização coberto **pelo seguro DPVAT**, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei 6.194/74.

Cite-se o art. 3º do referido diploma legal in verbis:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Para tanto, conforme tabela abaixo, faz-se necessário o correto enquadramento da invalidez acometida pela parte autora, procedimento este a ser alcançado através de perícia médica a ser designada por Vossa Excelência.

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de complementação de indenização do seguro DPVAT à parte autora, **montante este a ser quantificado através de perícia médica e posterior**

TIM - 88 99942-4211 -

Rua Delmiro Gouveia - 450 - Sala 07 - Centro - Juazeiro do Norte - Ceará

Email: dra.cynthiatrajano@gmail.com

**DRA. CYNTHIA TRAJANO**

ADVOGADA

OAB-CE: 35.590

**enquadramento da invalidez na tabela de danos segmentares**, ainda, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

**3. - DOS PEDIDOS:**

**ANTE O EXPOSTO**, evidenciados o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente Ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição Inicial, previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil, **REQUER:**

**4.1.** nos termos da Lei 1.060/50 e Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, considerando que a parte autora não dispõe dos recursos para custear o processo, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, **os benefícios da assistência judiciária gratuita;**

**4.2.** Seja recebida a presente, autuada e conforme Art. 246 inc. I do Código de Processo Civil, determine-se a citação da demandada no endereço já citado no preâmbulo desta Ação, através de carta AR/MP na pessoa de seu representante legal, para vir responder, querendo, no prazo legal a presente ação, sob pena de revelia, quando, então ao final, deverão ser julgados procedentes os pedidos;

**4.2.1.** Conforme previsão no Art. 319 VII do Código de Processo Civil, a parte autora desde já, em virtude da necessidade de realização de perícia médica, manifesta que não possui interesse na realização de audiência de conciliação;

**4.3.** Se digne Vossa Excelência em nomear perito, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim de que seja ratificada a constatação da invalidez permanente remanescente na parte demandante e posteriormente quantificado o real valor devido a esta;

**4.4.** Devidamente processado o feito, com o respeito ao devido processo legal, seja a presente ação julgada **PROCEDENTE** para:

**4.4.1.** Seja declarada devida à parte autora o pagamento da **complementação de indenização** correspondente ao seguro DPVAT – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre;

TIM - 88 99942-4211 -

Rua Delmiro Gouveia - 450 - Sala 07 - Centro - Juazeiro do Norte - Ceará

Email: dra.cynthiatrajano@gmail.com

**DRA. CYNTHIA TRAJANO**

ADVOGADA

OAB-CE: 35.590

4.4.2. Condenar a demandada ao pagamento de complementação de indenização referente ao seguro DPVAT, com atualização monetária desde o evento danoso. Sendo que a diferença do valor pago administrativamente para o valor que efetivamente deveria ter sido pago, deve ser quantificado, levando-se em consideração a perícia médica a ser realizada, com posterior enquadramento na tabela de danos segmentares constante no artigo 3º da Lei 6.194/74;

4.4.3. Condenar a ré ao pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios a serem arbitrados por Vossa Excelência;

5. Requer ainda, a produção de todos os meios de provas em direito admitidas, especialmente prova pericial, documental e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Dá se a causa o valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).

**Nestes Termos, Pede deferimento**

Juazeiro do Norte-CE, 27 de fevereiro de 2019

Cynthia Trajano Rodrigues

OAB-CE 35.590

Documentos em anexos:

- Nº 02 Procuração
- Nº 03 Hipossuficiência
- Nº 04 CNH/Comprovante de residência
- Nº 05 Boletim de Ocorrência/SAMU/DEMUTRAN
- Nº 06 Laudo Perícia Forense (Definitivo)
- Nº 07 Concessão do Benefício do INSS -Aux. Doença
- Nº 08 Atestados Médicos
- Nº 09 Raio X Bacia e Braço
- Nº 10 Prontuário Médico da internação no Hospital Regional do Cariri
- Nº 11 Valor recebido DPVAT
- Nº 12 - Necessita de acompanhante
- Nº 13 - Fisioterapia

TIM - 88 99942-4211 -

Rua Delmiro Gouveia - 450 - Sala 07 - Centro - Juazeiro do Norte - Ceará

Email: dra.cynthiatrajano@gmail.com